

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.052 - SP (2018/0214718-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : NORGE PROJECTS LTDA - EPP**  
**AGRAVANTE : DIRCEU LUIZ PEDROSO JUNIOR**  
**ADVOGADOS : ANNA LUCIA DA MOTTA PACHECO CARDOSO DE MELLO**  
- SP100930  
JULIANA CRISTINA DALMAS BINDA SANTOS E OUTRO(S) -  
SP275162  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -**  
SP303021

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por NORGE PROJECTS LTDA e DIRCEU LUIZ PEDROSO JÚNIOR contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 426):

EMBARGOS DO DEVEDOR. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

1. Nos casos em que os embargos assumem feição de ação revisional, o mero cálculo aritmético seria insuficiente para apuração do suposto excesso de execução. É dispensável, então, nessas circunstâncias, a apresentação de memória de cálculo pelo embargante, que depende da declaração de abusividade das cláusulas contratuais para mensurar o “*quantum debeatur*”.

2. A solução dos embargos dependia apenas da exegese de cláusulas contratuais e da afirmação de teses de direito sobre os encargos impugnados, prescindindo de dilação probatória.

Cerceamento de defesa incorrente.

3. A executividade da cédula de crédito comercial decorre do art. 10º do Decreto-Lei 413/69, aplicável por força do disposto no art. 5º, da Lei 6.840/80.

4. Em cédulas de crédito industrial, é admissível a capitalização de juros, desde que pactuada, nos termos da Súmula 93 do STJ e legislação correlata.

5. A comissão de permanência não encontra albergue no Decreto- Lei 413/69, não podendo, pois ser cobrada, ainda que pactuada.

7. Recurso provido em parte para reconhecer o excesso de execução e determinar o seu expurgo.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 434-445), os recorrentes sustentaram violação aos arts. 355, I e 373, II, do Código de Processo Civil de 2015, alegando cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide e a necessidade de produzir prova pericial para efetuar cálculo do valor que entende ser devido.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 454-463 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 481-488 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Os recorrentes argumentam, em suas razões de recurso, que houve cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide, uma vez que a produção de prova pericial, indeferida pelo juízo de piso, seria essencial no presente caso para apurar qual seria o valor correto a ser executado, de modo que a condenação proferida pelo Tribunal teria violado os arts. 355 e 373 do Código de Processo Civil de 2015.

No caso, a Corte de origem, soberana na análise do acervo fático-probatório dos autos, manteve a sentença no tocante à desnecessidade de produção da prova pericial, conforme se observa do seguinte trecho (e-STJ, fls. 427):

Os embargos discorreram sobre excesso de execução.

Todavia, a realização de perícia contábil antes da sentença era desnecessária, uma vez que a solução da demanda dependia apenas da exegese de estipulações que permitiram a incidência dos encargos impugnados e da afirmação de teses de direito.

Com isso, de se rejeitar alegação de cerceamento de defesa.

Verifica-se, portanto, que o Colegiado Estadual formou suas conclusões com base no substrato fático-probatório dos autos. Modificar esse entendimento acerca da suficiência das provas produzidas e da possibilidade (ou impossibilidade) de julgamento antecipado exigiria, necessariamente, a reanálise das circunstâncias fático-probatórias, o que é vedado em âmbito de Recurso Especial, ante o óbice do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.

Ademais, cumpre acrescentar que, conforme entendimento pacificado por esta Corte Superior, o mero julgamento antecipado da lide não gera cerceamento de defesa. Corroboram essas conclusões os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. INDEFERIMENTO DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE E ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

**1. Alterar a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal, quanto à existência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide e ao indeferimento do pedido de denúncia da lide, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.**

(...)

**3. Agravo interno improvido.**

(AgInt no AREsp 1265464/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131, 332, 334, I, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. JUIZ É DESTINATÁRIO FINAL DAS PROVAS. **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.** SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA PARA AFASTAR OS HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS. AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE.

(...)

**2. No que tange ao alegado cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide, também não ficou caracterizada a violação de literal disposição legal, pois o juiz, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias.**

**3. Para se concluir que a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

4. Impossibilidade de majoração dos honorários recursais, na forma do § 11 do art. 85 do NCPC, visto que o aresto recorrido fora publicado na vigência do CPC/1973.

5. gravo interno a que se dá parcial provimento, tão-somente afastar os honorários advocatícios recursais fixados na decisão ora agravada. (AgInt no AREsp 1116396/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)

**2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator